

# História e Psicologia Analítica: da objetividade à subjetividade e os modos de sentir do homem e da sociedade

## History and Analytical Psychology: from the objectivity to subjectivity and the feeling modes of the man and of the society

**Amanda Muniz Oliveira**

Mestranda em Direito  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[amandai040@gmail.com](mailto:amandai040@gmail.com)

**Joanna Ribeiro Nogueira**

Mestranda em História Social  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[joanna.r.nogueira@gmail.com](mailto:joanna.r.nogueira@gmail.com)

**Rodolpho Alexandre Santos Melo Bastos**

Mestrando em História Social  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[rodoxbastos@gmail.com](mailto:rodoxbastos@gmail.com)

Recebido: 13/06/2014

Aprovado: 08/08/2015

**RESUMO:** Esse artigo trata da relação epistemológica entre História e a Psicologia Analítica de Jung. Busca avaliar as estruturas de funcionamento dos dois campos, a fim de evidenciar as diferenças e, principalmente, as similitudes entre eles. Da mesma forma, propõe-se a discutir as relações análogas entre a História das Mentalidades e os Arquétipos e Inconsciente Coletivo de Carl Gustav Jung. Tanto as formulações junguianas quanto a História das Mentalidades partem da premissa de que existe, em qualquer sociedade, uma espécie de mentalidade coletiva, algo referente a uma *estrutura mental*. O trabalho objetiva uma análise epistemológica e relacional sobre o conhecimento em torno da teoria da História e Psicologia analítica junguiana. Assim, com base nestes pressupostos, este trabalho objetiva contribuir para as discussões acerca da Teoria da História, promovendo o alargamento da percepção sobre a construção do conhecimento histórico a partir do entendimento do indivíduo em seu tempo e sua subjetividade, para alcançar, então, as dimensões da coletividade.

**PALAVRAS-CHAVES:** História, psicologia analítica, teoria do conhecimento.

**ABSTRACT:** This article deals with the epistemological relationship between History and Jungian Analytical Psychology. It aims to evaluate the operating structures of the two fields in order to highlight the differences and, especially, the similarities between them. Similarly,

it proposes to discuss the analogous relation between the History of Mentalities and the Archetypes and the Collective Unconscious by Carl Gustav Jung. Both Jungian formulations as the History of Mentalities come from the premise that there is, in any society, a kind of Collective Mentality, something referring to a mental structure. The article aims at an epistemological and relational analysis on the knowledge around the Theory of History and Jungian Analytical Psychology. Thus, based on these assumptions, this paper aims to contribute to discussions about the Theory of History, promoting the extension of perception about the construction of historical knowledge from the individual's understanding of his time and subjectivity, to achieve, then, dimensions of the collectivity.

**KEYWORDS:** History, analytical psychology, theory of knowledge.

### Introdução

Os gregos, por meio da Poesia – de Homero ou Hesíodo – ou mesmo pela Filosofia clássica normativa, que surgiu no século V a.C, apresentavam um pensamento bem distinto quando pensavam sobre o mundo e o Homem. Partiam de uma dada universalidade e manifestavam uma concepção antropológica, epistemológica e ontológica, imune à corrosão do tempo, um viés a-histórico. Dentro deste contexto intelectual (desfavorável), a criação da História por Heródoto no século V a.C representa uma verdadeira revolução cultural, já que segundo José Carlos Reis:

O historiador optou pelo sublunar, pela temporalidade, que, para ele, é o verdadeiro lugar da inteligibilidade da vida humana. Essa foi uma atitude inaugural, original, uma ruptura com a tradição mítica e filosófica. “Os homens no tempo”, os homens em sua vida particular e pública, com os seus nomes, iniciativas e valores, experiências e esperanças, em sua finitude, em sua historicidade, em suas mudanças – eis o novo objeto do novo conhecimento. Heródoto argumentaria contra Aristóteles: é pouco sério falar do vivido humano? Na verdade, não é o vivido que interessa a um pensamento realmente sério? Sem desvalorizar a ficção e a poesia, a filosofia e a ciência, o vivido não é o que mais exige reflexão, análise e investigação? Eis a convicção de Heródoto e dos historiadores que então surgiam. A história foi a “ciência nova” das ações humanas no tempo.<sup>1</sup>

O autor prossegue afirmando que enquanto o poeta se prestava a ouvir as musas, o historiador busca a verdade, interrogando/ouvindo os fatos, ou escrevendo sobre o que ele mesmo viu. “Diferentemente do mito e da poesia, o conhecimento histórico é escrito, o que permite a comparação, a correção de contradições, a incredulidade em relação ao fabuloso e

---

<sup>1</sup> REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994, p. 11-12.

maravilhoso.<sup>2</sup>” Ao mesmo tempo em que Heródoto valoriza o tempo dos homens, também funda uma nova ciência, ou pelo menos uma nova forma de pensar o homem.

O tempo histórico só existe relacionado a uma época histórica e a uma construção simbólica determinada; ele se dá numa representação histórica e não em relação ao conceito, à teoria. As renovações em História, como todas as suas “escolas históricas”, realizam sempre uma mudança significativa na representação do tempo histórico, com base nas mudanças ocorridas na História efetiva, o que corresponde a uma “Nova História”.

Tem-se, por exemplo, a Escola dos *Annales* que faz uma história influenciada pelas ciências sociais, e que, além da sua nova representação temporal como grande inovação epistemológica, traz na interdisciplinaridade o impulso para uma diversidade de estudos históricos. José D’Assunção Barros trata deste assunto expondo o enriquecimento desta interdisciplinaridade para os estudos históricos:

Dentro de uma fascinante profusão de campos intradisciplinares que tem revelado um sensível enriquecimento dos estudos históricos no que se refere ao interesse por novos objetos e por novas abordagens, a historiografia da segunda metade do século XX assistiu à significativa emergência de campos do saber historiográfico que passaram a valorizar o universo mental dos seres humanos em sociedade, os seus modos de sentir, o Imaginário por eles elaborados coletivamente. As modalidades já tradicionais na historiografia como a História Política, a História Econômica ou a História Social, os novos historiadores propuseram acrescentar a História das Mentalidades, a Psico-História, a História do Imaginário. Teremos aqui campos que com alguma frequência se interpenetram no que concerne aos seus objetos, às suas fontes privilegiadas, às suas abordagens e aportes teóricos, às suas conexões com outros saberes e aos seus padrões de interdisciplinaridade.<sup>3</sup>

O campo da História passou, então, por significativas transformações com a chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade, decorrente do fim da crença em uma verdade absoluta. Sobre este contexto de crise, Bronislaw Baczko<sup>4</sup> afirma ser fruto da perda da certeza nas normas fundamentadoras de um discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade. Este período ficou, assim, marcado pelo rompimento com antigos modelos de

---

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*, p. 12.

<sup>3</sup> BARROS, José D’Assunção de. *Imaginário, mentalidades e psico-história – uma discussão historiográfica*. Captado em: [http://www.cei.unir.br/artigo71.html#\\_ftn1](http://www.cei.unir.br/artigo71.html#_ftn1). Acesso em 20mai.2014.

<sup>4</sup> BACZKO Bronislaw. *A Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi, Vol. 5, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

pesquisas historiográficas, que privilegiavam apenas fontes oficiais, e vimos emergir uma História Cultural, agora aberta às Ciências Humanas e Sociais. O conceito de fonte foi ampliado e novos objetos de análise, bem como novos aparatos teórico-metodológicos ganharam espaço e, desde então, a narrativa da História vem sendo rediscutida a partir de questões mais elaboradas e da escolha de novas fontes. Para Reis, é a problemática que orienta o pesquisador e não a documentação:

Essa abertura e ampliação do campo dos objetos, das fontes e técnicas históricas estão associadas à inovadora proposta teórica da história-problema. O historiador não estaria mais submetido à tirania da heurística. (...) É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico.<sup>5</sup>

A História, nesta conjuntura, abandona o individual em favor de um estudo social, desviando-se dos fatos únicos, dos eventos acidentais e das rupturas para se ater à repetição de eventos, ou seja, às regularidades e permanências; a visão marcada unicamente pelo pensamento racional e científico passou a ser vista como ultrapassada e tornava-se cada vez mais obsoleta.

Marc Bloch e Lucien Febvre, com a Revista dos *Annales*, foram os precursores de um novo tipo de História, que deveria ser mais ampla e mais humana. Fazia-se necessário compreender o homem em um contexto mais abrangente, que perpassasse por outras instâncias além das concretas e racionais. Foi neste ensejo que o estudo do mental ganhou espaço, debruçando-se agora não apenas sobre temas políticos, econômicos e grandes eventos sociais, mas também sobre as atitudes coletivas, as crenças, valores e costumes em comum de determinado grupo.

A História se abriu a um estudo que concebia a interdisciplinaridade e o ecletismo teórico e, sobre este período, Sandra Jatahy Pesavento<sup>6</sup> fala-nos do surgimento de novos parceiros da História que, advindos dos mais diversos campos, como a Literatura, a Antropologia, a Psicologia, estabelecem um diálogo que não impõe hierarquia. A História passa a trabalhar com um acúmulo de possibilidades, ou seja, com a pluralidade de pontos

---

<sup>5</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 78.

<sup>6</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 107.

de vista. Esta encruzilhada de incertezas, ainda de acordo com Pesavento, tornou mais fácil a percepção das decontinuidades do que das permanências, o que automaticamente levou à utilização de um novo método de análise para os acontecimentos históricos.

É, todavia, o estabelecimento de um novo olhar temporal que viabiliza a aliança entre a História e as ciências sociais. O campo da História das Mentalidades se apresenta como área preferencial de atuação da longa duração<sup>7</sup>, tempo histórico conceituado pelo historiador da segunda geração dos *Annales*, Fernand Braudel. As mentalidades tratam de temas universais, fruto das permanências existentes no seio das sociedades, gerando uma inércia. A ruptura, a mudança relegada ao tempo curto, do superficial, não é capaz de nenhuma transformação significativa, afinal, sua estrutura é prisioneira do tempo longo.

A abertura da História para novos métodos, objetos e sentidos serve-nos como ponto de partida para que possamos estruturar o caminho até a aproximação deste saber com a Psicologia, sobretudo, com a perspectiva analítica junguiana. Serve-nos de suporte para este estudo a postura exposta por Bloch em seu célebre livro *Apologia da História ou o ofício do historiador*, em que ele propõe que não se negligenciem os sentimentos, mas sim que estes sejam considerados em sua importante dimensão humana, capaz de definir o fazer histórico, já que acredita que a História é a ciência do homem no tempo e “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”<sup>8</sup> Evidenciaremos, portanto, a necessidade de analisar os sentimentos, ou melhor ainda, os modos de sentir, quando da realização de um estudo historiográfico, para que, a partir da compreensão da subjetividade do indivíduo, possam-se alcançar dimensões da coletividade, em um entendimento mais amplo do mundo e da sociedade.

Compreendemos a importância deste trabalho no campo da epistemologia, acerca da teoria da História, em especial, sobre a compreensão de como o conhecimento referente à História se apresenta, pois se trata do estudo científico da ciência e/ou área de conhecimento, sua natureza e suas limitações. Encontra-se no estudo epistemológico o interesse em se analisar a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, o que lhe confere

---

<sup>7</sup> Conceito de tempo histórico criado pelo historiador Fernand Braudel. É principalmente caracterizado pelas permanências na sociedade, pelas fases lentas, isto é, uma história quase imóvel. O conceito de *longa duração* será melhor apresentado no decorrer desta pesquisa, já que é o ponto central da mesma.

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 79.

outro nome: teoria do conhecimento. A epistemologia torna-se fundamental para a verificação da validade do conhecimento das áreas do saber, uma vez que avalia a fundamentação lógica de teorias e de suas habilitações científicas.

### **A História Cultural e o estudo do mental nos limites entre realidade e ficção**

Já na década de 1940, Bloch alertava os historiadores para a importância de explorar as necessidades secretas do coração, em uma análise de áreas mais subjetivas do indivíduo. Defendendo que a consciência humana é objeto da História, este autor inaugurava um espaço de investigação e, em consonância com este pensamento, Febvre<sup>9</sup> conclamava os historiadores a mergulhar “nas trevas da psicologia”, para compreender como a mente humana decodifica e convive com o mundo material em cada época.

Era preciso, porém, neste momento, descobrir quais instrumentos teórico-metodológicos poderiam ser utilizados nesta empreitada para apreensão do imaterial. Era necessário desenvolver um procedimento de investigação capaz de conectar a subjetividade individual à objetividade que se atribuía ao fazer histórico. Foi neste contexto que a cultura passou a ser considerada fator de mudança social, momento em que se assistiu ao resgate dos processos empíricos e à valorização da pesquisa de fontes.

Do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980, portanto, a História Social avançava para os domínios do Cultural. A este respeito, Pesavento afirma que a proposta da História Cultural era “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo.”<sup>10</sup>

Ainda de acordo com ela, autores como Paul Veyne, Hayden White, Michel de Certeau, e Paul Ricoeur sobressaíram ao estudar a História Cultural sob uma perspectiva narrativa, analisando a ficcionalização dos fatos. Este ponto foi, inclusive, uma questão polêmica que gerou intensos debates entre os historiadores que, de um lado criticavam esta História que não se atinha ao factual, entendido como real, não merecendo, neste sentido, ser levada a sério, dada sua veia fantasiosa e ficcional; e de outro os que defendiam a

---

<sup>9</sup> FEBVRE, Lucien. *A Psicologia*. In: *Combates pela História*. 3a. Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

<sup>10</sup> PESAVENTO. *História e História Cultural*, p. 42.

inexistência de um real, de uma verdade absoluta, em detrimento de uma percepção objetiva, só possível a partir da apreensão de instâncias subjetivas do indivíduo.

A História Cultural, deste modo, definiu-se entre as fronteiras do conhecimento, por se situar no limite entre verdade e ficção, e foi fortemente marcada pelas contribuições da terceira geração da Escola dos *Annales*, que tinha como objetivo uma “Nova História”, baseada na incorporação de temas que se referiam ao imaginário popular e aos costumes de um povo. Foram várias as inovações propostas pelos *Annales*, e aqui nos é especialmente relevante destacar a História das Mentalidades que, com contornos imprecisos, buscava tratar de hábitos cotidianos e relacionamentos sociais, ou seja, aspectos da vida humana; “(...) era uma maneira de ser, conjunto de valores partilhados, não-rationais, não-conscientes<sup>11</sup>” que muitas vezes relacionavam-se com a Psicologia Social.

A respeito da contribuição do estudo do mental, Michel Vovelle, grande nome da História das Mentalidades, afirma que a História pôde ampliar seu campo de pesquisa “englobando comportamentos mediante os quais o homem se define em sua plenitude, isto é, a família, os costumes, os sonhos, a linguagem, a moda etc.<sup>12</sup>” Corroborando com a assertiva deste autor, Márcia D’Alessio afirma que “não se pode estudar a mentalidade sem levar em conta os aspectos psicológicos.<sup>13</sup>” Os historiadores, então, empenharam-se no estudo dos modos de sentir, analisando-os em um tempo longo, em que as persistências eram verificadas historicamente, a exemplo dos sentimentos do homem diante da morte.

É mister destacar outro campo de interação entre História e Psicologia que, no século XX, começa a se impor: a Psico-História. Este campo, como nos mostra Barros, é “definido ou atravessado por preocupações oriundas da Psicologia – de maneira ainda mais intensa que

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *História e História Cultural*, p. 31.

<sup>12</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 13.

<sup>13</sup> D’ALLESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 92.

na História das Mentalidades e na História do Imaginário<sup>14</sup> – e por conceitos de diversos tipos desenvolvidos no interior deste campo do saber.”<sup>15</sup>

A História passou, assim, a trabalhar com uma elasticidade conceitual, enfocando a realidade sob outra óptica, recorrendo a ciências que até este momento não eram bem quistas pelos historiadores, como a Antropologia e a Psicanálise, esta última, cuja aproximação com a História é objeto de nosso interesse neste estudo.

### **História e Psicanálise: uma articulação entre objetividade e subjetividade**

História e Psicologia são duas ciências humanas que, cada uma à sua maneira e com seus próprios referenciais teóricos, prestam-se ao estudo dos comportamentos dos homens em sua vida social. Logo, a aproximação crescente entre estas duas áreas do conhecimento não é algo intrigante, já que, no decorrer do século XX, a interdisciplinaridade foi, conforme afirmação de Barros, destacando-se “como uma tendência importante tanto para o desenvolvimento conjunto dos saberes científicos como para, em particular, os desenvolvimentos específicos de uma historiografia mais moderna e complexa.”<sup>16</sup>

Freud, considerado o pai da Psicanálise, pode também ser considerado um dos precursores da História Cultural, tendo sido responsável pela introdução da noção de inconsciente no campo histórico, o que revelou a possibilidade de alcançar realidades que não se encontravam enraizadas na concretude dos fatos. Assim, percebíamos o início de uma aceitação para a existência de uma outra realidade, esta de caráter subjetivo. A teoria psicanalítica, neste ensejo, passa a ser utilizada como ferramenta de interpretação do passado.

O aparato teórico-metodológico da Psicanálise freudiana, todavia, provocava ainda animadas discussões nos meios acadêmicos, em que se questionava a validade destes postulados para o fazer historiográfico. A ideia de contradição que se tem, à primeira vista,

---

<sup>14</sup>O imaginário, segundo Tânia Navarro Swain, vem representar a composição/decomposição de sentidos, fornecendo uma gama de imagens, símbolos e representações recheados de valores que determinam os papéis, tipos e perfis definidores de comportamentos, atitudes e decisões, ora instaurando ou eliminando poderes, ora revigorando ou desativando tradições. Pode-se dizer que “o imaginário seria a condição de possibilidade da realidade instituída, solo sobre o qual se instaura o instrumento de sua transformação.” Ver mais informações em: SWAIN, Tânia Navarro. *De Deusa a Bruxa: Uma História de Silêncio*. Brasília: UNB, 2000, p. 41.

<sup>15</sup> BARROS, José D’Assunção. *História e Saberes PSI – Considerações interdisciplinares*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 8. n. 2, p. 273, jul/dez 2011.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *História e Saberes PSI*, p. 253.

sobre a relação entre estas duas áreas do conhecimento, deve-se, principalmente, aos métodos que cada uma utiliza: a História trabalha com evidências concretas e palpáveis, como documentos, registros literários e decretos, com vistas à objetividade, enquanto a Psicanálise dedica-se integralmente ao indivíduo e à sua subjetividade, levando em conta seus sonhos, impulsos e devaneios.

Muitos historiadores criticavam o fato de que os resultados a que é se possível chegar por meio da Psicanálise não são irrefutáveis e, deste modo, não seriam confiáveis. Celso Ramos Figueiredo Filho<sup>17</sup> cita os estudos de Peter Gay<sup>18</sup>, que considera que esta crítica revela a ignorância sobre as possibilidades epistemológicas da Psicanálise, além de ser também ingenuidade exigir que esta apresente resultados inquestionáveis. Ora, nenhuma ciência pode oferecer esta pretensa inquestionabilidade e, de acordo com Gay, manter este pensamento seria retroceder ao reducionismo positivista.

Na obra *Freud para historiadores*, Gay examina trabalhos de historiadores que defendem e criticam o uso da Psicanálise pela História e realiza, ele mesmo, uma defesa em favor da aplicação da Psicanálise como ferramenta possível para escrever uma história dos sentimentos humanos, e também como forma de possibilitar a leitura de novos objetos, como sonhos, relatórios médicos e as fantasias inconscientes. Este autor alega que o historiador tem sido sempre um psicólogo, já que “atribui motivos, estuda paixões, analisa irracionalidades e constrói o seu trabalho a partir da convicção tácita de que os seres humanos exibem algumas características estáveis e discerníveis de lidar com suas experiências<sup>19</sup>”.

Outro autor que contribuiu de forma importante para a validação desta interface entre História e Psicanálise foi Castoriadis<sup>20</sup> que, em seu texto intitulado *Freud, a sociedade e a história*, acastelava o uso da Psicanálise para o entendimento das sociedades e refletia sobre as possibilidades de utilização desta em uma análise do pensamento político.

---

<sup>17</sup> FILHO, Celso Ramos Figueiredo. *História e Psicanálise: possíveis afinidades*. Revista eletrônica da FIA: Academos. v. 2, n. 2, p. 12-21, jul/dez, 2006.

<sup>18</sup> GAY, Peter. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Freud para Historiadores*, p. 25.

<sup>20</sup> CASTORIADIS, C. Freud, a sociedade, a história. In: *As encruzilhadas do labirinto: a ascensão da insignificância*. v. 4. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 163-180.

Ainda em defesa deste diálogo, destacamos o texto de Carlo Ginzburg<sup>21</sup>, célebre historiador da Micro-História que, em seu ensaio *Freud, O Homem dos Lobos e os Lobisomens*, descreveu o caso clínico de um jovem que desenvolvera psicose durante a infância e a adolescência; ao ser tratado, quando adulto, relembrou um sonho que tivera quando criança, no qual lobos apareciam sentados em uma árvore, em frente à janela de seu quarto. Ginzburg atrela parte dos dados de sua pesquisa a informações contidas nos textos de Freud, desvelando a possibilidade de reflexão sobre o uso da Psicanálise por historiadores. Este mesmo autor compara a teoria Psicanalítica a seu Paradigma Indiciário, cujo princípio é a investigação de vestígios do passado, em suas minúcias e detalhes, ao que Ronaldo Vainfas nos diz ser “uma concepção de história essencialmente indutiva, como prática de pesquisa, e não baseada em modelos hipotéticos-dedutivos, calcada na exaustiva pesquisa documental, na erudição e rigor factual.”<sup>22</sup>

Michel de Certeau<sup>23</sup>, por sua vez, no livro *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, problematiza a conflituosa analogia entre estas duas ciências humanas, e empreende uma reflexão sobre as possibilidades desta relação. Certeau, então, discorre sobre a pretensão de realidade do discurso histórico e assevera que este, embora deseje um efeito de real, não outorga uma verdade sobre o passado, de modo que não cabe ao historiador a ambição de chegar a verdades absolutas. Nesta discussão sobre a subjetividade na fronteira entre História e Psicanálise, este autor destaca a influência da Psicanálise na historiografia como uma intervenção cirúrgica, por meio da qual acredita ser possível compreender as diferenças e as permanências entre as sociedades. De acordo com ele, o próprio Freud teria provado que os processos mentais que ocorrem na formação da *psique* individual ocorrem também na coletividade, argumento que serve para validar o uso da Psicanálise pela História. A este respeito Celia Szniter Mentlik acrescenta:

(...) o surgimento do método psicanalítico corresponde ao início de uma busca que envereda pelo solo da fantasia, mas à procura da razão, ou do que há de *real* no sintoma psíquico, que, com a investigação, passa a ganhar *significação*, como numa linguagem. Assim, podemos dizer que o método

---

<sup>21</sup> GINZBURG, C. Freud, o Homem dos Lobos e os Lobisomens. In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 207-217.

<sup>22</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro, Campus, 2002, p. 110.

<sup>23</sup> CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. In: SIMPÓSIO SOBRE FERTILIZANTES NA AGRICULTURA BRASILEIRA, 2º, 1984, Brasília. *Anais...* Brasília: Embrapa, 1984. p. 37-94.

surge mesmo quase como um procedimento epistemológico. O sentido de *realidade* de um relato será conferido pelo lugar e significados que se estabelecem no diálogo próprio da história [...] As sucessivas teorizações a respeito dessa relação correspondem ao desenvolvimento do método propriamente dito, que tem contribuições importantes a dar quanto aos meandros da racionalidade humana: esta, frente à vida instintiva e aos impulsos irracionais, configura-se mesmo como uma dura conquista para a Psicanálise.<sup>24</sup>

O que podemos perceber, a despeito de todas as críticas contra o uso da Psicanálise pela História, é que há confluências e complementaridades entre essas duas disciplinas. A Psicanálise, ao dedicar-se a investigar o indivíduo, este concebido em sua realidade interna, permite a compreensão de suas relações com a realidade exterior, por meio da sua subjetividade e de seu tempo particular. Assim, ao utilizar-se da teoria psicanalítica, a História obtém maior aproximação de contextos representativos da macro-história, cujo alcance só é possível através da percepção individual e subjetiva de determinados eventos e contextos. Tais elementos, de acordo com Mentlik<sup>25</sup> podem configurar-se como valiosas informações sobre a maneira como atuam ou são percebidas as relações de poder vigentes e as mudanças de ambiente cultural, ampliando a percepção do historiador para a construção do conhecimento ao proporcionar maior entendimento do indivíduo em seu tempo e sua subjetividade, com conseqüente e posterior apreensão da coletividade.

São evidentes as convergências e benefícios desta interconexão, tornando manifesto o enriquecimento proporcionado por este diálogo, principalmente no que diz respeito aos estudos culturais, o que se prova relevante ao considerar os dados apresentados por Pesavento<sup>26</sup> acerca da produção historiográfica atual, que está 80% concentrada sobre a História Cultural.

Não só a Psicanálise de Freud exerce influência sobre o ofício dos historiadores, desvelando as possibilidades desta interface na produção do conhecimento histórico, mas também a de um outro psicólogo ( antigo seguidor de Freud) conhecido: Carl Gustav Jung. As formulações de Jung acerca do Inconsciente Coletivo e dos Arquétipos mostram

---

<sup>24</sup> MENTLIK, Celia Szniter. História e Psicanálise: temas e trajetórias possíveis. In: ENCONTRO REGIONAL DA HISTÓRIA ANPUH, 2006, São Paulo. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP/Assis, 2006, p. 4.

<sup>25</sup> MENTLIK. *História e Psicanálise*, p. 2.

<sup>26</sup> PESAVENTO. *História e História Cultural*, p. 7.

claramente as possibilidades de analogias e aproximações entre estes dois campos de saber, como é o caso da História das Mentalidades. São as imbricações entre estes dois conceitos, sobretudo suas semelhanças, o objeto investigativo que se segue neste trabalho.

### Os modos de sentir da História das Mentalidades

A estrutura da História das Mentalidades, traduzidas pelos seus modos de sentir o mundo, através das afecções e temáticas ligadas aos sentimentos e percepções da sociedade, como o amor e a morte, aproxima-se de outro referencial teórico, o dos Arquétipos e Inconsciente Coletivo, de Jung, que tratam de uma memória coletiva, ligada às repetidas experiências humanas em torno de situações típicas confrontados pelos homens e suas sociedades. Em relação à História das Mentalidades<sup>27</sup>, percebe-se que ela antecede Fernand Braudel, segundo afirmativa de Vainfas:

Marc Bloch, por exemplo, celebrizado pelos estudos rurais em perspectiva comparativa, e particularmente pelo clássico *La société féodale*, escrito nos anos 30 (...), foi verdadeiramente precursor da história das mentalidades e de uma antropologia política ao escrever *Les rois thaumaturges*. (...) Bloch e Febvre inauguram, pois, nos primórdios dos *Annales*, o estudo das mentalidades, delas fazendo um legítimo objeto de investigação histórica. Mas não pense que foram eles os primeiros a se dedicarem ao estudo de sentimentos, crenças e costumes na historiografia ocidental. Para citar alguns autores que lhes antecederam ou foram deles contemporâneos nessas preocupações, vale lembrar o próprio Michelet, autor de *La Sorcière*, em 1862 (...), Norbert Elias, sociólogo e historiador alemão, antecipando-se a Foucault em décadas, publicou em 1939 o seu *processo civilizador*, livro sobre a sociedade de corte e o surgimento da etiqueta na Europa moderna.<sup>28</sup>

Michel Vovelle escreve, em 1980, um artigo intitulado *Ideologias e Mentalidades: um esclarecimento necessário*, que nos conta sobre uma pré-história da historiografia das mentalidades, relatando “(...) o que é *La grande Peur* (o terror) de Georges Lefebvre, o estudo mais impressionantemente moderno de um dos últimos grandes pânico de estilo antigo na

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que a *longa duração*, ou seja, o tempo histórico formulado por Braudel, não é exclusividade da História das Mentalidades, pois outros campos da historiografia dos *Annales* também se beneficiam deste tempo histórico, como é o caso da História Social, dos historiadores que trabalham com cultura e dos pesquisadores na área de história econômica, entre muitos outros.

<sup>28</sup> VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 132-135.

sociedade francesa?<sup>29</sup>” Para este autor, o conceito de mentalidade integra o que não está formulado, o que à primeira vista permanece como “não significante”, conservando – mesmo encoberto – o patamar das motivações inconscientes.

As mentalidades implicam e privilegiam a lembrança/memória e as formas de resistências; indicam aquilo que se convencionou definir como a força da inércia das estruturas mentais. Vovelle adota o termo “Imagário Coletivo” ao invés de Inconsciente Coletivo, associado ao conceito de mentalidades, uma vez que o considera mais operacionalizável e menos suscetível às extrapolações ligadas ao domínio da Psicanálise. O mesmo autor utiliza uma afirmativa de Phillipe Ariés sobre a concepção de mentalidades.

De meu ponto de vista, os grandes pólos de atração das mentalidades – atitudes diante da vida e da morte – dependem de motivações mais secretas. Mais imbricados no limite entre o biológico e o cultural, isto é, o inconsciente coletivo anima forças psicológicas elementares, que são a consciência de si mesmo, o desejo de superar-se ou, ao contrário, o sentido do destino coletivo, da sociabilidade, etc.<sup>30</sup>

A História das Mentalidades que, em meados da década de 1960, passou a predominar na historiografia francesa, tratou de temas preferencialmente ligados ao cotidiano e às representações, como o amor, a morte, a mulher, as bruxas, os homossexuais, os loucos, a família, o corpo, a criança, os modos de vestir, comer, chorar, beijar, etc.<sup>31</sup>. Segundo Barros, a História das Mentalidades busca captar modos coletivos de sentir, como o sentimento de medo. São padrões de comportamentos e atitudes recorrentes daqueles complexos mentais/emocionais que estão por trás das coisas, como as práticas de feitiçarias, crenças, o comportamento do homem diante da morte.

(...) Está muito associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que para alguns seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem às permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem estar se operando rapidamente nos planos econômicos e políticos).<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> VOVELLE. *Ideologias e Mentalidades*, p. 14-15.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_, *Ideologias e Mentalidades*, p.108.

<sup>31</sup> VAINFAS. *História das Mentalidades e História Cultural*, 1997.

<sup>32</sup> BARROS, José D’assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 94.

Braudel surge com a intenção de conceituar um tempo-histórico capaz de sustentar as ambições de estrutura mental da História das Mentalidades, pautada nas permanências existentes na sociedade. Tais permanências causam uma forte impressão de inércia estrutural no tecido social, uma vez que não se operam transformações de fato, e sim continuidades. A longa duração apresenta-se como a temporalidade referente à História das Mentalidades, sendo o tempo das estruturas, da quase imobilidade entre a relação do homem e a natureza. Para Braudel, “equivale a familiarizar-se com um tempo<sup>33</sup> que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade. (...) A totalidade da história pode, em todo o caso, ser respondida como a partir de uma infraestrutura em relação a estas camadas de história lenta<sup>34</sup>”.

Em seu texto, Braudel enfatiza a continuidade, a permanência, a estrutura, a longa duração e não a mudança histórica. Para a História, são as permanências que darão sentido aos eventos. Segundo Reis, “a estrutura sofre o ‘vento da história’, que são seus eventos, e é obrigada a se rearticular, a mudar lentamente; a estrutura é o ‘não há nada de novo’, que envolve o evento, a novidade; ela é uma articulação dos ‘elementos’ já presentes nela.<sup>35</sup>” De acordo com o próprio Braudel:

(...) muito mais útil, é a palavra *estrutura*. (...) Os observadores do social entendem por *estrutura* uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitectura; (...) Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas (...) apresentam-se como limites (...) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reacções espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões da longa duração.<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> Reis chama atenção para três tipos heterogêneos do tempo em Braudel: estrutural, conjuntural, acidental. O primeiro - estruturas - são fenômenos geográficos, ecológicos, políticos, culturais, psicológicos, que “permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de maneira quase imperceptível. As conjunturas são flutuações de amplitudes diversas, que se manifestam nesse quadro estrutural.” Ver mais informações em: REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 105-106.

<sup>34</sup> BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 17.

<sup>35</sup> REIS. *Escola dos Annales*, p. 104.

<sup>36</sup> BRAUDEL. *História e Ciências Sociais*, p. 14.

Reis<sup>37</sup> afirma ainda que o conceito de *longa duração* apoia-se na geografia de Vidal de La Blache, que fala de uma História ao ritmo lento, “estrutural”. Enquanto Vainfas afirma que “Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na teoria histórica dos *Annales*, [ao] relaciona[r] as ‘tenazes’ prisões da longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem com a noção de *estrutura* do antropólogo francês<sup>38</sup>”. Já o próprio Braudel diz que “o homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas (...) repare-se na duradoura implantação das cidades (...), na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações. As mesmas permanências ou sobrevivências dão-se no imenso campo do cultural<sup>39</sup>”.

Em suma, a História das Mentalidades está associada à ideia de que existe, em qualquer sociedade, uma espécie de mentalidade coletiva, uma estrutura mental, e que se transforma lentamente – longa duração – originando permanências que são incorporadas aos hábitos mentais daqueles que participam da formação social. As mentalidades buscam captar os modos coletivos de sentir, padrões de comportamentos, dos complexos mentais ligados às emoções, compartilhados por todos que estão inseridos nas prisões da longa duração.

### **Os modos de sentir do Inconsciente Coletivo e os Arquétipos de Jung**

Na Psicologia Junguiana, o inconsciente é compreendido em Inconsciente Pessoal e Inconsciente Coletivo. O Inconsciente Pessoal forma-se juntamente com o indivíduo e suas camadas referem-se às camadas mais superficiais do inconsciente; constitui-se de coisas esquecidas e também reprimidas, penosas de serem lembradas. De acordo com Jung:

Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente é indubitavelmente pessoal. Nós a denominamos *inconsciente pessoal*. Esta, porém, repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo *Inata*.<sup>40</sup>

O Inconsciente Coletivo, por sua vez, pode ser entendido como um conhecimento *a priori* a todo homem e referente às repetidas experiências humanas, gravadas na *psique*. Além de se manifestarem nos sonhos como um depósito de imagens e símbolos, revelam-se através

---

<sup>37</sup> REIS. *Escola dos Annales*.

<sup>38</sup> VAINFAS. *História das Mentalidades e História Cultural*, p.34.

<sup>39</sup> BRAUDEL. *História e Ciências Sociais*, p. 14-15.

<sup>40</sup> JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 15.

das ações do homem no tempo, as quais conseguem trazer à tona os Arquétipos, perpetuando-os. Ainda de acordo com Jung:

Esta camada mais profunda é o que chamamos de *inconsciente coletivo*. Eu optei pelo termo “coletivo” pelo fato do inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamentos, os quais são ‘cum grano salis’ os mesmos em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo.<sup>41</sup>

O Inconsciente Coletivo é constituído por coisas herdadas e anteriores à consciência e é universal, uma herança repassada de geração em geração, de acordo com a repetição das experiências vividas por nossos ancestrais e/ou sociedades humanas. Os Arquétipos junguianos são as revivências desses materiais culturais manifestados nos indivíduos que os herdaram. São as situações e experiências típicas da vida, repetidas, que irão proporcionar serem gravadas na *psique*, transmitindo uma memória comum a todos os seres humanos (Inconsciente Coletivo). Para Jung,

(...) (primeiramente observado e comentado por Freud) de que num sonho muitas vezes aparecem elementos que não são individuais e nem podem fazer parte da experiência pessoal do sonhador. A estes elementos, (...) Freud chamava “resíduos arcaicos” – formas mentais cuja presença não encontra explicação alguma na vida do indivíduo e que parecem, antes formas primitivas e inatas, representando uma herança do espírito humano. Assim como nosso corpo é um verdadeiro museu de órgãos, cada um com a sua longa evolução histórica, devemos esperar encontrar também na mente uma organização análoga. Nossa mente não poderia ser jamais um produto sem história, em situação oposta ao corpo (...) refiro-me ao desenvolvimento biológico, pré-histórico e inconsciente do homem primitivo (...) esta psique, infinitamente antiga, é a base de nossa mente (...) o pesquisador experiente da mente humana também pode verificar as analogias existentes entre as imagens oníricas do homem moderno e as expressões da mente primitiva, as suas “imagens coletivas” e os seus motivos mitológicos.<sup>42</sup>

Os “resíduos arcaicos” que Freud determinou são chamados por Jung de “arquétipos<sup>43</sup>” ou “imagens primordiais” que, conforme Nise da Silveira“(...) são as

---

<sup>41</sup> JUNG. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, p. 15.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 67.

<sup>43</sup> Segundo Cacilda Cuba dos Santos, Jung entendia a herança do arquétipo como uma hipótese de trabalho, porém chama atenção que, para ela, os trabalhos bioquímicos sobre transmissão hereditária de memória, em especial de Magoun, podem ser entendidos como confirmadores da ideia de Jung. “Um dado a mais: sabemos

possibilidades herdadas para representar imagens similares, são formas instintivas de imaginar<sup>44</sup>”. São iguais e/ou semelhantes a ele próprio, imagens conscientes e vazias dos seus instintos, assim como são padrões de comportamentos instintivos. Em outras palavras, o Arquétipo é uma tendência instintiva, assim como o impulso das aves para fazer seu ninho ou a organização das formigas em formato de colônias. Para Jung, “a sua origem não é conhecida; e eles se repetem em qualquer época ou em qualquer lugar do mudo – mesmo onde não é possível explicar a sua transmissão por descendência direta ou por ‘fecundações cruzadas’ resultantes da migração”.<sup>45</sup>

Existem tantos Arquétipos<sup>46</sup> quanto situações típicas na vida cotidiana e acontece como uma tendência instintiva/ compulsiva, ignorando qualquer razão e vontade. Calcida Cuba dos Santos afirma que Jung foi o primeiro a explicar a mitologia como uma projeção de um inconsciente universal totalizante, e sua ação é paralela à força inerente aos motivos mitológicos. “Graças a esse modo de ação (...) da influência dos arquétipos na vida das sociedades. (...) sob ponto de vista psicológico (...) a segunda grande guerra foi (...) ativação de um arquétipo – o da suástica.”<sup>47</sup>.

### **Sentindo os modos de sentir: A História das Mentalidades através do Inconsciente Coletivo**

É possível traçar algumas analogias e aproximações entre os discursos sobre o conceito de História das Mentalidades e os Arquétipos junguianos. As Mentalidades estão ligadas a temas universais, que buscam captar modos coletivos de sentir, daí exemplos como

---

no presente, por relato de Jouvett, do grande número de horas de sono que, na criança de pouca idade, são cheios de sonhos. Perguntamo-nos com o que há de sonhar a criança que mal começa a viver, quer o recém-nascido de 7 a 8 meses, quer o recém-nascido de termo. Só podemos julgar, pensamos de novo pessoalmente, é que os arquétipos é que estejam em jogo no caso, motivando as representações oníricas do homem já assim bem no início de sua vida.” Ver mais informações em: SANTOS, Cacilda Cuba dos. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976.

<sup>44</sup> SILVEIRA, Nise da. *Jung: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 77.

<sup>45</sup> JUNG. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 69.

<sup>46</sup> Os Arquétipos têm sua principal forma de manifestação através dos sonhos e são exatamente os símbolos oníricos que provêm do “Inconsciente Coletivo” que é a “parte da *psique* que retém e transmite a herança psicológica comum a toda humanidade” (HENDERSON, 1977, p. 107). E a relação de alguns destes símbolos produzidos pelo inconsciente com as fases da vida de um indivíduo (influência e a transição para a adolescência; maturidade, velhice ou a própria preparação para a morte), é de suma importância e de enorme valor prático para o analista.

<sup>47</sup> SANTOS, Cacilda Cuba dos. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976, p. 37.

o medo, o amor, a mulher, dentre outros. Todos estes temas integram uma mentalidade que, não por acaso, é coletiva e indica uma estrutura mental comum, entre o limite do biológico e o cultural, a do Inconsciente Coletivo; uma estrutura mental que se transforma lentamente, a quase inércia, o que gera permanências incorporadas nos hábitos mentais.

É como se esses modos de sentir (temas universais das Mentalidades) participassem da estrutura mental dos indivíduos em determinada sociedade, o que legitimaria permanências e continuidades nas ações humanas. Esses atos humanos são frutos desses modos de sentir que, ao mesmo tempo, são alimentados por essa ação humana, perpetuando-se mutuamente. Com isso, percebe-se uma possível aproximação entre estes dois conceitos, no qual a História das Mentalidades (re)significa os Arquétipos junguianos em temas histórico-sociais e objeto investigativo da História, para compreender o homem e suas ações ao longo do tempo. Os Arquétipos que, segundo Santos, “(...) são revivências de materiais mitológicos que se manifestam no indivíduo porque ele os herdou<sup>48</sup>”.

Estes materiais mitológicos se relacionam com o que Jacques Le Goff relata, no final do século XIX e no início do XX, sobre a mentalidade designar o psiquismo dos primitivos, que se apresenta ao observador como um fenômeno coletivo, indiscernível no seio de um psiquismo individual “(...) e próprio dos indivíduos cuja vida psíquica é feita de reflexos, de automatismos; reduz-se a um mental coletivo que exclui praticamente a personalidade.<sup>49</sup>” Jung afirma que:

*O conceito de arquétipo, que constitui um correlato indispensável da ideia de inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas da psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar. A pesquisa mitológica denomina-as “motivos” ou “temas”; na psicologia dos primitivos elas correspondem ao conceito *représentations collectives* de LEVY-BRUHL e no campo das religiões comparadas foram definidas como “categorias da imaginação” por HUBERT e MAUSS. ADOLF BASTIAN designou-as bem antes como “pensamentos elementares” ou “primordiais”. A partir dessas referências torna-se claro que minha representação do arquétipo – literalmente uma forma preexistente – não é exclusivamente minha, mas também é reconhecida entre outros campos da ciência.<sup>50</sup>*

---

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976, p. 31.

<sup>49</sup> LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995, p. 73-74.

<sup>50</sup> JUNG. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, p. 53-54.

Nessa perspectiva, em que Jung admite que sua representação de Arquétipo não seja exclusivamente dele, uma vez que pode ser reconhecida em outros campos da ciência, é que identificamos o Inconsciente Coletivo e seus Arquétipos com as Mentalidades. Neste encaixe, alguns dos temas (não todos) da História das Mentalidades podem coincidir com algumas imagens arquetípicas. Para Mestre e Pinotti, as imagens religiosas representam as crenças partilhadas da herança espiritual. Assim, compartilhamos, com nossos pares de espécie, sentimentos e pensamentos adquiridos através do Inconsciente Coletivo.

O medo do escuro, por exemplo, torna o homem sujeito a uma impotência de defesa contra aquilo que não é capaz de ver, portanto, de conhecer. Isso talvez explique a necessidade da religião como fato universal de qualquer cultura em toda a história do homem, como forma de tornar neutro o que se desconhece, através da proteção de divindades. E nessas explicações religiosas, outros medos são criados como mecanismos de controle social e de manutenção da identidade em face do desconhecido<sup>51</sup>.

Desta forma, podemos identificar a religião como Arquétipo importante do Inconsciente Coletivo, sendo um campo de interesse do próprio Jung que escreveu algumas obras sobre o tema, como *Psicologia da religião ocidental e oriental*, além de sempre trazer a religião à tona em seus outros escritos. Essa temática é muito conhecida entre os historiadores das Mentalidades, como é o caso do Historiador Lucien Febvre, um dos fundadores dos *Annales*.

Todavia, os Arquétipos junguianos são verificados como permanências gravadas na *psique* humana e são comuns a todos e referentes ao Inconsciente Coletivo. Essas permanências irão participar das atitudes conectadas aos modos de sentir dos homens, e a forma como a sociedade reflete estas percepções pouco se transformou. Tudo isso nos permite entender que essas permanências são aprisionadas por um tempo longo, ou seja, a mesma *longa duração* braudeliana, como uma estrutura mental coletiva das afecções e agir humano, que também pode ser referir à História das Mentalidades. Le Goff postula que o objeto do historiador das mentalidades “(...) é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo<sup>52</sup>”.

---

<sup>51</sup> MESTRE, Mestre; PINOTTI, Rita de Cássia. As representações sociais e o inconsciente coletivo: um diálogo entre duas linhas teóricas. In: *PsicoUTPonline*. n. 04, Curitiba, jul. 2004, p.4.

<sup>52</sup> LE GOFF; NORRA. Pierre. *História: novos objetos*, p. 69.

Desta forma, pode-se entender que as iconografias com seus símbolos e imagens, através dos meios de informações e comunicações, são, ao mesmo tempo, uma consequência que deriva e origina permanências de uma dada mentalidade, na qual se arrasta por um tempo longo. Trata-se da mesma estrutura mental que, por vezes, resulta numa quase inércia e suas continuidades, que está vinculada aos temas universais.

Enquanto a História das Mentalidades refere-se à esfera do social e do coletivo, o Inconsciente Coletivo, através do *panteon* dos Arquétipos, retrata cada ser humano, individual, a partir de uma premissa universal. Desta maneira, o Inconsciente Coletivo pode encontrar uma ferramenta na História das Mentalidades, na medida que cada homem, munido desta estrutura mental, nas aglomerações humanas, traduzidos na sociedade, coloca em prática esta coletividade, ou seja, os reflexos dessa estrutura mental.

Vovelle recorre mais uma vez a Philippe Ariès em *La Nouvelle Histoire* quando pontua que as mentalidades não têm relação com o Inconsciente Coletivo “(...) em termos de psicanálise – exceto talvez Jung, eventualmente – nem segundo os critérios de uma antropologia inspirada em Lévi Strauss.<sup>53</sup>” Percebemos aqui que as mentalidades dialogam com a perspectiva junguiana, que colabora com os preceitos de estruturas mentais coletivas através de seus ritmos e causalidades próprios.

Através da existência de uma longa duração (as permanências) referentes aos (temas) universais da História das Mentalidades e que podem ser (re)interpretados em Arquétipos junguianos, é possível afirmar que toda a estrutura social não sofreu transformações em seus alicerces. Com isso, resulta em ações – inconscientemente já estereotipadas e determinadas – dos indivíduos que carregam uma estrutura mental coletiva e comum, fruto de um Inconsciente Coletivo. Tudo isso pode ser entendido quando Le Goff situa as mentalidades, colocando-as “(...) no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral<sup>54</sup>”.

Deste modo, o Inconsciente Coletivo sugere ao homem como seu comportamento deve funcionar, ou seja, ele deve agir conforme o arcabouço de Arquétipos já impregnado

---

<sup>53</sup> VOVELLE. *Ideologias e Mentalidades*, p.21.

<sup>54</sup> LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. *História: novos objetos*, p. 71.

na sua *psique*. Observa-se aqui a possibilidade de conversão, ou melhor ainda, de (re)interpretação do Inconsciente Coletivo com os próprios universais (temas) da História das Mentalidades e as conseqüentes permanências geradas pela longa duração braudeliana. Assim, não há nenhuma transformação de fato, não sendo a curta duração capaz de provocar uma ruptura que provocasse descontinuidades relevantes nas bases da estrutura social, levando em consideração que as mentalidades são o resultado das ações estereotipadas e inconscientes dos indivíduos, que carregam a herança de uma estrutura mental coletiva, comum e universal, decorrente do próprio Inconsciente Coletivo.

Estes postulados talvez justifiquem a afirmativa de Le Goff quando ele diz que a mentalidade parece se apresentar preferencialmente do irracional ao extravagante. “Daí a proliferação de estudos – alguns notáveis sobre feitiçaria, heresia e milenarismos; daí também, que dirigindo a sua atenção para os sentimentos comuns ou de grupos sociais integrados<sup>55</sup>”, dão preferência a temas limites como as atitudes em relação ao milagre ou à morte.

O Inconsciente Coletivo se apresenta como um pilar categórico para explicar a existência das permanências referentes à sociedade e demonstradas pela História das Mentalidades e salvaguardadas pela longa duração. Em outras palavras, é no Inconsciente Coletivo que se encontram modos de apreensão através dos Arquétipos junguianos e a longa duração, na qual esses Arquétipos ou temas se apresentam, propagam e permanecem na sociedade.

Em suma, Inconsciente Coletivo e Mentalidades buscam os modos de sentir do homem e da sociedade. Cada homem tem basicamente a mesma estrutura mental, resultando mais ou menos nos mesmos hábitos mentais, o que garante os mesmos Arquétipos e/ou temas universais dentro do processo histórico, como assinalam as mentalidades. Neste sentido, a longa duração se apresenta como o conceito da representação do tempo que estes Arquétipos e/ou temas propagam e permanecem. A História das Mentalidades equivale ao Inconsciente Coletivo e os temas universais da primeira remetem aos Arquétipos do segundo.

---

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. *História: novos objetos*, p. 75.

Concordamos com Reis<sup>56</sup> quando este pontua que o tempo longo e as permanências ultrapassam o quadro geográfico, as quais se manifestam também no campo cultural. Dessa forma, o homem perde sua historicidade e sofre muito mais a temporalidade do que a produz, pois suas ações não dependem de sua vontade e acontecem sob limites geográficos, sociais, mentais, culturais, econômicos, demográficos, conscientes e inconscientes. Tudo isso contribui para o descentramento do homem, vez que o torna seriável e não evento singular.

Esta genialidade de Jung, contudo, pode ser fruto da sua maior proximidade com autores e pensadores românticos do que com Freud. Segundo Maroni<sup>57</sup>, citações de Goethe, Schiller, Schopenhauer, Burckhardt, Otto e outros, são mais frequentemente encontradas em seus trabalhos, proporcionando um deslocamento efetivo em relação à Psicanálise, sendo Carl Gustav Craus o intelectual mais presente na formação e construção do pensamento junguiano. Essa qualidade de Jung certamente permitiu seu diálogo e intercâmbio com outras áreas, como a História das Mentalidades – que o antecede cronologicamente – e que, desde o século XIX, já vinha sendo praticada por outros autores, como é o caso de Michelet, autor de *La Sorcière*, em 1862 e que no século XX, com a segunda geração dos *Annales*, vai encontrar seu auge.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou desenvolver uma análise relacional entre História e Psicologia analítica, desvelando as possibilidades desta interface na produção do conhecimento histórico. Para tanto, buscamos empreender uma relação epistemológica e das proximidades conceituais entre as duas áreas, a fim de clarificar as semelhanças entre elas, com vistas ao melhor entendimento do indivíduo e da sociedade, dos modos de sentir da História das Mentalidades e do Inconsciente Coletivo com seus Arquétipos.

Pudemos perceber que relatos, diários e enunciados de natureza subjetiva passaram a ser considerados documentos preciosos ao ofício do historiador, na medida que permitiram detectar elementos que viabilizam a melhor compreensão das vicissitudes históricas. A

---

<sup>56</sup> REIS. *Escola dos Annales*.

<sup>57</sup> MARONI, Amnérís. *Jung: Individuação e Coletividade*. São Paulo: Moderna, 1998.

subjetividade, outrora criticada, passou a servir como uma ponte entre a objetividade aspirada pelo conhecimento histórico e a as instâncias mais íntimas do indivíduo e da coletividade.

Carl Gustav Jung, com suas formulações sobre o Inconsciente Coletivo, consegue captar os modos de sentir e as afecções de cada ser humano através de uma estrutura mental comum a todos, através de um conjunto de arquétipos traduzidos em imagens criptografadas na memória de cada indivíduo, decorrente das repetições de cada experiência fundamental de cada um. Essa estrutura de Jung traz uma série de elementos passíveis de comparação com o conceito de História das Mentalidades, tema amplamente conhecido pelos historiadores.

É imprescindível destacar, porém, que o historiador que se utiliza dos campos da Psicologia deve estar sempre atento para que não recaia em impulsos psicologizantes dos processos sociais e para que não se perca em análises excessivamente interpretativas. Pesavento alerta para os riscos de se levar mais longe que o admissível a capacidade de estabelecer relações de significado e afirma que as conclusões devem ser assumidas como provisórias. Esta autora acrescenta que a História Cultural pressupõe uma “carga de leitura ou bagagem acumulada, para potencializar a interpretação por meio da construção do maior número de relações possível entre os dados.<sup>58</sup>” Fica evidente, portanto, o papel imprescindível da erudição ao ofício do historiador, que deve ser capaz, diante de todo seu conhecimento e estudos, de propor versões possíveis para os acontecimentos, chegando a certezas provisórias.

---

<sup>58</sup> PESAVENTO. *História & História Cultural*. p. 119.